



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

27 de Junho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 27/06/2014
Assunto: Horas semanais		Página: Online



CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR BRASILEIRO EM SALA DE AULA SUPERA A DE PAÍSES DA OCDE

Estudo global traz levantamentos sobre práticas de trabalho docentes a partir de entrevistas com 106 mil professores e diretores de escola em 34 países

Fonte: Correio Braziliense

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta que os Professores brasileiros dos anos finais do Ensino fundamental gastam 25 horas por semana em sala de aula, lecionando. Essa é uma das principais conclusões do estudo global "Teaching and Learning International Survey" (Talis), que traz levantamentos amostral sobre práticas de trabalho Docentes a partir de entrevistas com 106 mil Professores e diretores de Escola em 34 países - 15,3 mil profissionais no Brasil.

O documento mostra ainda que a carga de trabalho em sala de aula dos Docentes brasileiros é 6 horas superior à jornada laboral média de todos os Professores que responderam à Talis, oriundos de países como Estados Unidos, Chile, Portugal, Inglaterra, Coreia do Sul.

O dado sobre o tempo gasto em sala de aula é uma novidade e indica que, ao menos no segundo ciclo do Ensino fundamental, está sendo cumprida a legislação brasileira, de 2008, que estabelece que os Professores destinem um terço de sua jornada de trabalho ao planejamento e à preparação de aulas.

O problema, explica a pesquisadora da Fundação Carlos Chagas (FCC) e colaboradora da OCDE, Gabriela Moriconi, mais de 60% dos Professores brasileiros que responderam à pesquisa trabalham em tempo parcial. Ou seja, não têm dedicação exclusiva à docência em uma única Escola.

"No dia a dia, os Professores dos países da OCDE estão 19 horas na sala de aula por semana. É menos que o Brasil, mas eles estão numa única Escola e isso representa a metade do dia de trabalho deles. No resto do tempo eles estão preparando aula, corrigindo lição ou - no caso de experiências que eu presenciei na Inglaterra - assumem outras responsabilidades que ajudam no funcionamento da Escola, como tutoria e gestão Escolar", diz Gabriela



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Não dá para dizer que não tem políticas nesse sentido no Brasil, mas as condições são diferentes, os Professores daqui têm menos tempo pois lidam com condição diferente de trabalho. Dos Professores que responderam estar em tempo integral em uma Escola o tempo em sala de aula sobe para 29 horas, bem acima das exigências da lei do piso para preparação de aulas e outras atividades", completa a pesquisadora.

José Francisco Soares, presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação, atenta para o fato de que a Talis é uma pesquisa amostral e de percepção dos Professores. "Ela não mede desempenho, mas traz dados sobre uma dimensão nova da percepção do Professor aqui e em outros países. São indicações interessantes para políticas públicas, uma visão internacional que acrescenta, mas não é nada em definitivo", diz Soares.

A Talis aponta também que 94% dos Professores brasileiros têm diploma de Ensino superior contra uma média de 91% do total de respondentes. Apesar do dado positivo, cerca de 25% não fizeram curso de formação de Professores. "Pode ser que tenha outro emprego, que seja advogado ou jornalista e pegue aulas extras para complementar renda", observa Gabriela. No Chile, nove entre dez têm formação relacionada à pedagogia.

A pesquisa também aponta que 71% dos Docentes brasileiros são mulheres, com idade média de 39 anos e 14 anos de experiência no magistério, em média. No Brasil, os Professores têm uma média de 31 Alunos por turma, enquanto a média dos países da Talis é de 24.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 27/06/2014
Assunto: Horas perdidas		Página: Online



PROFESSOR PERDE 20% DAS AULAS TENTANDO CONTROLAR A BAGUNÇA

É o pior índice entre 32 países pesquisados; no total, só 68% do tempo é gasto com atividades de ensino e aprendizagem

Fonte: Correio Braziliense

Controlar a bagunça e pedir silêncio aos Alunos consomem 20% das horas dos Professores brasileiros em sala de aula. O desperdício de tempo dos Docentes no País é o maior em uma lista de 32 nações.

A média internacional de perdas por indisciplina é de 13%. Isso é o que mostra a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis) divulgada ontem pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os dados do Brasil foram coletados em 2013 em 1.070 Escolas, com quase 14,3 mil Professores e cerca de 1,1 mil diretores. Para resolver tarefas administrativas, os Docentes brasileiros ainda gastam 12% das horas em sala. Isso significa que sobra apenas 68% do tempo dos Professores para atividades de Ensino e aprendizagem.

Segundo o estudo, um em cada quatro Professores do Brasil gasta ao menos 40% das horas em sala com tarefas que não são de Ensino. Mário Pereira, Professor de Artes na rede pública de São Paulo há mais de 20 anos, confirma que a desordem atrasa o cronograma de conteúdos. “A saída é resolver pelo diálogo, o que nem sempre é fácil”, relata. “Já interrompi aula porque uma aluna chutou a porta ao entrar.”

A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas Gabriela Moriconi, que participou do estudo, afirma que o apoio ao Docente, em geral, é escasso. “As equipes Escolares são pequenas. Faltam profissionais com quem o Professor possa contar quando o problema de comportamento é grave. Isso acontece, por exemplo, no Canadá e na Inglaterra”.

Jornada. O levantamento também revelou que o Professor brasileiro trabalha mais tempo do que os colegas estrangeiros. Em média, gasta 25 horas semanais em classe, 6 a mais do que a média internacional. “No exterior, é comum que os Professores trabalhem em tempo integral, em uma única Escola”, diz Gabriela. “O Professor brasileiro tem pouco tempo para planejar as aulas”, criticou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 27/06/2014
Assunto: Homenagem	Página: Online	



Fiesc presta reconhecimento por incentivo à educação

Willy Frey foi nomeado embaixador das causas defendidas pelo Movimento A Indústria pela Educação.

Entusiasta de temas ligados à educação, o empresário Willy Frey, de Fraiburgo, foi reconhecido nesta quarta-feira (25) pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) como embaixador de causas defendidas pelo Movimento A Indústria pela Educação. A homenagem foi realizada durante a reunião do Conselho de Governança do Movimento, em Florianópolis.

O empresário tem investido esforços na mobilização dos pais em favor da educação dos filhos por meio do desenvolvimento e veiculação de materiais orientativos. A mobilização inclusive será tema de campanha do Movimento. "Comecei orientando os funcionários, escrevendo textos sucintos, com dicas de como fazer determinadas tarefas. Depois passei a enviar essas mensagens também para os filhos dos trabalhadores. A participação dos pais nesse processo educativo é essencial", afirmou.

Willy Frey é integrante da família que fundou Fraiburgo, foi prefeito (de 1972 a 1976) e empreendedor nas áreas madeireira, industrial, agrícola, comercial, pecuária e de turismo. É um dos pioneiros na produção de maçã, segmento no qual o Estado lidera o ranking nacional, além de ser autor de obras sobre o assunto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 27/06/2014
Assunto: Inclusão		Página: Online



Congresso discute inclusão de aluno com deficiência

O Plano Nacional de Educação pretende aumentar o número de alunos com necessidades específicas matriculados nas escolas brasileiras. Há dez anos 28% das crianças com necessidades específicas estavam matriculadas no ensino regular. Hoje, segundo o Ministério da Educação, 76% dessas crianças estão matriculadas. E esse número deve aumentar ainda mais.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10) é universalizar, para crianças de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo.

A ideia é colocar à disposição dos alunos salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Com a nova lei, o número de alunos matriculados na educação especial deve passar de 843 mil para 2,2 milhões.

Para deixar o ambiente escolar mais preparado para receber esses alunos, está em análise no Congresso um projeto (PL 8014/10) que garante a presença de um cuidador na escola quando for considerada necessária.

O texto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e está em análise no Senado.

A professora Júlia Ribeiro, da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais em Educação (EAPE) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, explica que, quanto mais segregados os alunos com necessidades especiais, menos eles respondem socialmente. "Eles têm condições de avançar, mas é preciso um suporte para a escola, um professor-cuidador, um professor-mediador, alguém que pudesse auxiliar no contexto coletivo."

Júlia Ribeiro lembra que o cotidiano da sala de aula é difícil e muito diversificado, requer flexibilidade do professor e parcerias, como o cuidador.

Filho de diplomata brasileira, Vito nasceu nos Estados Unidos. Ele tem síndrome de down e com dois anos passou a estudar em escola pública americana.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

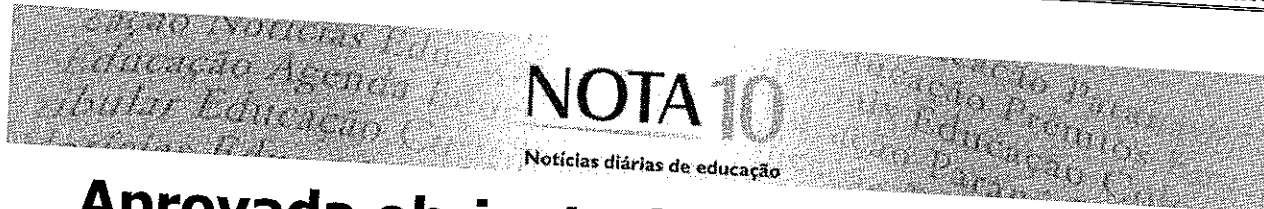
Há cerca de um ano a família se mudou para o Brasil. Sem a mesma estrutura, a mãe, Christiane Aquino, preferiu contratar uma pedagoga para ajudar Vito a se relacionar com os coleguinhas e professoras em uma escola particular em Brasília.

Quem vai arcar com os custos do cuidador na escola é outro tema polêmico. Para Cristiane Aquino, toda sociedade deve pagar a conta e assegurar a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Mas a presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF, Fátima de Mello, discorda. Para Fátima, é injusto dividir essa despesa entre todos os alunos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 27/06/2014
Assunto: Monitor		Página: Online



Aprovada obrigatoriedade de monitor em transporte escolar

Os responsáveis pelo transporte escolar podem ser obrigados a contratar monitor treinado para orientar estudantes menores de 12 anos ou deficientes com relação à segurança de trânsito durante as viagens e auxiliá-los no embarque e desembarque do veículo.

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 5596/09, do deputado Moreira Mendes (PSD-RR), que altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97). Segundo o projeto, o auxiliar terá que apresentar a cada três anos uma certidão negativa relativa aos crimes de roubo, estupro, homicídio, corrupção de menor, tráfico de drogas e furto.

O Código de Trânsito, apesar de estabelecer normas para o transporte coletivo escolar, não faz referência à presença de um monitor no veículo. Já existem algumas leis municipais, mas como não há uma norma federal, fica uma brecha na legislação. De acordo com o projeto, o veículo que for flagrado sem o auxiliar devidamente habilitado será apreendido e multado.

O relator do projeto, deputado André Zacharow (PMDB-PR), acredita que, em geral, os transportes escolares, principalmente no interior do País, apresentam altos riscos. Para o deputado, a nova medida vai aumentar a segurança dos estudantes.

Segundo ele, a proposta vai dar "uma garantia, uma melhoria nesse segmento que tem dado muito problema, principalmente nas zonas rurais, no interior do País, onde esse transporte é feito de forma precária".

Joana Darc da Silva é mãe da Emanuele, que tem 7 anos, e precisou contratar uma van escolar para levar a filha à escola. Joana afirma que o fato de não haver um responsável que prestasse assistência enquanto o motorista dirigia causou vários problemas.

Mais nova que as outras crianças, Emanuele apanhava dos colegas. "Ela começou a apresentar sinais de agressividade em casa, chorava sempre. Acabou que eu tive que tirá-la da van e sacrificar no serviço, no sentido de chegar mais tarde e sair mais tarde, pra levá-la à escola."

Na avaliação de Joana Darc, "se há várias crianças num transporte escolar sem ninguém pra controlar, acontece de a criança não utilizar cinto de segurança adequadamente. Eles comem dentro da van, podem engasgar. Podem ocorrer outro tipo de acidente. E essa



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

diferença de idade, tem a questão da sexualidade. Eu acho isso extremamente importante e é fundamental. Tem que ter".

A proposta ainda será analisada pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, inclusive quanto ao mérito. Depois, será votada pelo Plenário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 27/06/2014
Assunto: PNE		Página: Online



PNE é sancionado por Dilma a portas fechadas no Planalto

A presidente Dilma Rousseff disse que o novo Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado na quarta-feira, vai ampliar as oportunidades proporcionadas pela educação, ajudar a valorização dos professores e o aumento dos investimentos no setor. Segundo ela, "o Brasil tem hoje um PNE à altura dos desafios educacionais do país".

A lei que institui o plano foi publicada em edição extra de hoje (25) do Diário Oficial da União. O PNE estabelece, para um período de dez anos, metas que vão desde a educação infantil até o ensino superior, passando pela gestão e financiamento e pela formação dos profissionais. Por meio de sua conta no Twitter, a presidenta disse que a destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal à educação vai fazer com que as metas se tornem realidade.

No início da tarde, o ministro da Educação, Henrique Paim, disse que está contando com o dinheiro para cumprir as metas estabelecidas, mas reconheceu que o governo terá que fazer um grande esforço.

"Sancionei, sem vetos, o novo Plano Nacional de Educação [...]. Ao longo dos últimos 11 anos, criamos um caminho de oportunidades por meio da educação. O PNE permite ampliar as oportunidades, partindo da educação infantil, passando pela educação em tempo integral, o crescimento das matrículas da educação profissional e tecnológica, a ampliação do acesso à educação superior. Para isso serão muito importantes a valorização dos professores e o aumento dos investimentos em educação", escreveu Dilma na rede social.

A presidente sancionou o plano no limite do prazo que tinha, após o Senado aprovar o texto definitivo no último dia 3 de junho. A sanção do PNE, no entanto, foi feita a portas fechadas, decisão criticada por entidades ligadas ao setor educacional.

Na quarta-feira, Dilma participou de dois eventos no Palácio do Planalto e em nenhum deles falou sobre o plano, ainda que tenha sido perguntada por jornalistas. A secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marta Vanelli, disse que a entidade "está indignada".

Pelo Facebook, o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede que articula mais de 200 entidades, disse que "após tanto trabalho, é decepcionante o cancelamento da cerimônia de sanção do PNE. Especialmente, pela importância da Lei!".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

As entidades também pediam o veto de dois trechos do plano. Para garantir o cumprimento, os estados e municípios terão o prazo de um ano para elaborar os próprios planos, com base no PNE.

Segundo o portal De Olho nos Planos, organizado por entidades que atuam na educação, 34% dos municípios ainda não têm planos e muitos dos que têm, não o utilizam para planejar suas políticas, mantendo-os desconhecidos da população. O Distrito Federal e 16 estados também não elaboraram os seus planos decenais de educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 26/06/2014
Assunto: PNE		Página: Online



Plano Nacional da Educação não tem conceitos claros sobre alfabetização, diz especialista

Prova ABC mostrou que 43% dos alunos do 2º ano não sabem o mínimo que deveriam em leitura

Sancionado pela presidente Dilma Rousseff no último dia 26, o PNE (Plano Nacional de Educação) tem como uma de suas metas básicas combater o analfabetismo. Mas, segundo o gerente da ONG Todos Pela Educação Ricardo Falzetta, o texto não tem critérios claros sobre o conceito de alfabetização.

Saiba como o novo plano da educação pode beneficiar seu filho

— Isso quer dizer que a alfabetização não pode ser simplesmente decodificar o código e reconhecer as letras. A alfabetização plena permite ao aluno uma visão crítica do mundo por meio da escrita e da leitura, possibilitando que ele continue a aprender.

A Todos pela Educação considerada que, ao fim do 3º ano, as crianças plenamente alfabetizadas devem saber identificar o tema de um texto e estabelecer relações de causa e consequência entre as informações contidas no enredo.

A conclusão tem base nos resultados da Prova ABC, avaliação de leitura, escrita e matemática aplicada pela ONG a 54.000 alunos do 2º e do 3º ano do fundamental de escolas públicas e privadas de todo o Brasil.

Brasil precisa investir mais R\$ 54 bi por ano para atingir meta de qualidade do novo PNE

Inclusão escolar ainda é ponto polêmico em texto do Plano Nacional de Educação

Em 2012, os resultados da prova mostraram que 43% dos estudantes brasileiros que estão no segundo ano na rede pública não sabem o mínimo que deveriam em leitura. Entre alunos do 3º ano o percentual é de 28%.

No final de 2013, o governo federal aplicou pela primeira vez uma avaliação nacional para medir a alfabetização das crianças brasileiras nos anos iniciais do ensino fundamental.

Segundo o MEC (Ministério da Educação), os resultados da ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização) serão divulgados nos próximos meses.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 26/06/2014
Assunto: PNE		Página: Online



Saiba como o novo plano de educação pode beneficiar seu filho

PNE quer dobrar vagas em creches e oferecer escola para todos os estudantes do País até 2016

Sancionado após quase quatro anos de discussão no Congresso, O PNE (Plano Nacional de Educação) pretende aumentar o atendimento e os recursos destinados para a educação.

Royalties do petróleo são importantes para viabilizar novo plano de educação

O plano anterior, que vigorou entre 2001 e 2010, teve apenas 35% das metas cumpridas. Como a nova versão prevê um acompanhamento mais severo, especialistas consultados pelo R7 esperam resultados melhores.

Creches e pré-escola

Mais mães terão a oportunidade de colocar seus filhos nas creches porque a segunda meta do plano determina que, até 2016, metade das crianças de 0 a 3 anos devem estar matriculadas. Hoje, esse percentual é de 23,5%.

Madalena Guasco, professora da Faculdade de Educação da PUC-SP, constata que dobrar o atendimento é uma meta necessária e ousada.

— A única crítica que faço sobre este ponto do plano é a abertura para parcerias do governo com organizações não governamentais e empresas privadas. Apenas 70% das creches precisam ser públicas, fato que pode acarretar problemas no futuro.

Investimento público em instituições privadas de ensino gera polêmica em plano de educação

Todos os brasileiros com idade entre 4 e 5 anos terão acesso garantido à pré-escola. Dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2012 mostram que as unidades de ensino abrigam atualmente 82,2% dos estudantes nessa faixa etária.

— Neste caso, as mães que não conseguirem vaga para seus filhos poderão solicitar à Justiça uma ordem que obrigará os municípios a oferecerem o atendimento.

Ensino fundamental



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A alfabetização das crianças será concluída no terceiro ano do ensino fundamental. Se o aluno acompanhar as classes normalmente, isso ocorrerá aos 8 anos de idade. O novo PNE estipula que 95% da população precisa terminar o ciclo na idade adequada.

Plano Nacional da Educação não tem conceitos claros sobre alfabetização, diz especialista

Segundo dados da ONG Todos Pela Educação, 93,8% dos estudantes têm acesso ao ensino fundamental. Porém, cerca de 500 mil crianças entre 6 a 14 anos continuam fora da escola.

Ricardo Falzetta, gerente de conteúdo da Todos Pela Educação, explica que secretarias de educação terão que “ir atrás das crianças que estão fora da escola, e não apenas esperar que as famílias cheguem até a instituição de ensino”.

Ensino Médio

No ensino médio, as principais mudanças são a obrigação de oferecer vagas para toda a população com idade entre 4 e 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas de alunos neste ciclo para 85%.

A professora da PUC lembra que uma das novas metas também determina investimento para triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas.

Qualidade de ensino e estrutura

Uma das determinações mais celebradas do plano é aumento do percentual de recursos destinados para a educação de 5,8% para 10% do PIB (Produto Interno Bruto).

Este dinheiro pode gerar mudanças estruturais nas escolas a partir da implantação do CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial). Uma das estratégias da meta 20, que trata da destinação deste montante do PIB, diz que o CAQi será o indicador do custo de fatores essenciais para garantia de qualidade do ensino.

Assim, em prol de uma boa educação será necessário estipular um número médio de estudantes por turma e a efetivação do piso nacional salarial do magistério.

Nas creches e escolas de anos iniciais do ensino fundamental, o índice julga indispensável à criação e o financiamento de brinquedotecas.

Também fazem partes dos cálculos do índice, e, conseqüentemente, terão de ser previstos em todas as escolas brasileiras nos próximos dez anos de vigência do PNE investimentos em bibliotecas, salas de leitura, laboratórios de ciências, laboratórios de informática e quadras poliesportivas cobertas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 27/06/2014
Assunto: Filmes		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Lei determina exibição obrigatória de filmes nacionais em escolas

Filmes devem integrar proposta pedagógica das escolas.

Exigência é pelo menos duas horas de filmes por mês.

A partir de agora as escolas de educação básica serão obrigadas a exibir filmes de produção nacional aos alunos pelo menos duas horas por mês. A lei foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (27).

A nova legislação muda o artigo 26 da lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A exibição dos filmes será um componente curricular complementar para integrar a proposta pedagógica da escola.



Notícias do Dia

Promotor fiscaliza 25 escolas

MARCIANO DIOGO

marciano.diogo@noticiasdodia.com.br

@ND_Online

O MP-SC (Ministério Público de Santa Catarina) está presente nas unidades de ensino de Palhoça. O programa Promotor na Escola visa à identificação dos problemas que permeiam o ambiente escolar,

e a garantia de que sejam adotadas soluções para que a educação se desenvolva com qualidade.

O projeto foi idealizado pelo promotor de Justiça da Vara de Defesa da Infância e Juventude de Palhoça, Aurélio Giacomelli da Silva. Além de registrar os problemas, as visitas realizadas no projeto também pretendem conferir melhorias

efetuadas nas unidades, em decorrência dos termos de ajustamento de conduta firmados entre o MP-SC e a administração municipal.

As visitas do promotor às 25 escolas municipais de Palhoça ocorrem quinzenalmente. O trabalho iniciou em abril deste ano e segue até abril de 2015. Problemas já foram constatados e inque-

ritos civis instaurados em busca das soluções. "Buscamos fazer um diagnóstico sobre a demanda e dificuldades de cada uma das escolas. Neste momento, visitaremos as escolas municipais e, posteriormente, serão efetuadas visitas nas escolas estaduais e centros de educação infantil", afirmou Aurélio Giacomelli.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ENTREVISTA

Aurélio Giacomelli da Silva — promotor de Justiça de Palhoça

Como surgiu o programa?

Observei a necessidade perante graves situações constatadas nas reuniões com cidadãos sobre acordos extrajudiciais para que o município estruture as escolas adequadamente.

Quais são as propostas?

A iniciativa faz com que a promotoria saia do gabinete e visite todas as escolas do município, para que em contato com as coordenadoras, diretores, professores e alunos, seja verificado efetivamente a realidade dessas escolas. Buscamos tratar não só problemas

de infraestrutura física, como verificar se as escolas se encontram dentro das normas do Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária, se há bibliotecas e computadores com acesso à internet, mas também avaliamos questões pedagógicas, se faltam funcionários ou professores, se há vagas na escola ou não. Temos um formulário padrão que preenchemos e, a partir dessa coleta de informações, tomamos as providências cabíveis.

De que maneira o programa auxiliará na solução dos problemas encontrados?

Constatamos o problema, instauramos inquérito civil e questionamos a administração municipal. Dependendo da resposta, fazemos um termo de ajustamento de conduta ou uma expedição de recomendação, que dá um prazo cabível para que a correção seja realizada. Em último caso, fazemos o ajuizamento de ação pública, como ocorreu com um aluno com deficiência auditiva para o qual solicitamos uma cirurgia. A Secretaria Municipal de Educação está bem envolvida no projeto.

Quais escolas já foram visitadas e quais foram os maiores problemas identificados?

A primeira visita ocorreu no dia 2 de abril. Seis escolas já foram visitadas desde então. Constatamos diversos problemas, como falta de funcionários, orientadores, coordenadores educacionais, e ausência de professores efetivos. Diversos inquéritos civis já foram instalados e praticamente em todas as escolas foram constatadas falhas. A Frei Damião, por exemplo, apresenta graves problemas de vulnerabilidade social.